

<b>Sumário</b>		<b>Página</b>
Panorama Econômico		03
Programas		
0100	ProPav Rural	26
0105	ProPav Urbano	28
0110	ProPav Rodoviário	30
0115	Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	41
0120	Integração Logística	46
0130	Conservação e Segurança Rodoviária	48
0140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	51
0150	Modernização Portuária	54
0160	Geração de Energia Elétrica	57
0170	Luz para Todos	58
0180	Ampliação das Redes de Distribuição de Energia	62
0190	Expansão do Gás Natural	80
0200	Competitividade e Excelência Econômica	82
0210	Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	85
0220	Governança Eletrônica	87
0230	Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	114
0240	Prodetur/SC - Fomento e Desenvolvimento do Turismo	116
0250	Inclusão Digital	118
0300	Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	120
0310	Agronegócio Competitivo	126
0320	Agricultura Familiar	144
0330	Microbacias2 - Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem	148
0340	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	156
0350	Gestão dos Recursos Hídricos	167
0360	Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário	172
0400	Controle Social do Sistema Único de Saúde	178
0410	Vigilância em Saúde	179
0420	Estratégia de Saúde da Família	190
0430	Descentralização da Média e Alta Complexidade	201
0440	Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde	214
0500	Gestão Estadual da Política de Assistência Social	218
0510	Proteção Social Básica e Especial	222
0520	Cidadania e Diversidade	226
0530	Pró-Emprego e Renda	228

0540	Nova Casa	230
0550	Erradicação da Fome em Santa Catarina	234
0600	Novos Valores	240
0610	Gestão do Ensino Fundamental	243
0620	Pró Ensino Médio	272
0630	Gestão do Ensino Superior	289
0640	Pró-Turismo	293
0650	Pró-Esporte	297
0660	Pró-Cultura	301
0710	Melhoria da Segurança Pública	304
0720	Segurança Cidadã	308
0730	Prevenção em Situações de Risco e Salvamento	310
0740	Reestruturação do Sistema Prisional	311
0800	Ordenamento e Controle Territorial	313
0810	Comunicação do Poder Executivo	316
0820	Comunicação do Poder Legislativo	317
0830	Modernização da Administração Fazendária	318
0840	PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento de SC	320
0850	Qualificação e Valorização dos Servidores Públicos	321
0860	Gestão Previdenciária	325
0870	Pensões Especiais	326
0900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	327
0905	Gestão Administrativa - Celesc	347
0910	Gestão Administrativa - Ministério Público	348
0920	Gestão Administrativa - Poder Legislativo	348
0930	Gestão Administrativa - Poder Judiciário	349
0940	Gestão Estratégica - Ministério Público	350
0950	Defesa dos Interesses Sociais	351
0960	Modernização do Processo Legislativo	352
0970	Infra-estrutura do Judiciário	352

## PANORAMA ECONÔMICO

---

### INTRODUÇÃO

A retomada do planejamento de longo prazo pelo Governo do Estado soma-se à decisão de descentralizar o poder e de implantar uma administração participativa por meio das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

O planejamento em Santa Catarina registra, em sua história, a existência de um planejamento eventual caracterizado pela efetivação de planos de investimentos. Nos vários períodos de governo que antecederam 2003, o planejamento foi tido somente como uma atividade, alternando momentos de visível fortalecimento e outros de ações pulverizadas. Assim, num determinado momento histórico, se organizavam equipes de técnicos e especialistas e se buscava estruturar as instituições e os sistemas, em outros, observava-se divisão, a fragilidade ou mesmo o desmonte dessas estruturas.

O atual governo, além do resgate, estruturou e fortaleceu o planejamento como instrumento de promoção do desenvolvimento de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado do Planejamento - SPG, com foco na ação modernizadora. Para a SPG, a ação de planejar assume um caráter processual que perpassa gestões e efetivamente orienta e define a atuação do governo no curto, médio e longo prazo.

A partir desta visão de planejamento moderno e participativo, o processo pretendido ultrapassa a estrutura de governo, conferindo ao Estado a responsabilidade de orientar e promover a redução das desigualdades entre cidadãos e regiões, promovendo a melhoria contínua da qualidade de vida da população, conforme compromisso expresso no Plano Catarinense de Desenvolvimento - PCD.

O PCD estabelece os objetivos estratégicos de longo prazo que possibilitam a efetiva pactuação de interesses entre sociedade e Estado, além de criar condições para a gestão desses objetivos.

Inspirado nos valores catarinenses marcados, sobretudo pela busca da equidade e o respeito ao ser humano e ao meio ambiente, e motivado pela aspiração de desenvolvimento sustentável, o PCD expressa a visão do Estado de Santa Catarina para o ano 2015, que orienta o processo de planejamento de longo prazo.

---

**Tornar Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a equidade entre pessoas e entre regiões.**

---

O Plano Catarinense de Desenvolvimento é uma expressão desta visão. Segundo ela, o processo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina deve ser sustentável. Portanto, não se trata apenas de buscar aumentar índices econômicos tradicionais como renda per capita ou PIB estadual. O desenvolvimento deve ser sustentável no sentido de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer o bem estar das gerações futuras,

Os indicadores de desempenho da economia catarinense, na última década, demonstram que Santa Catarina cresceu acima da média nacional. Entretanto, para continuarmos crescendo necessitamos melhorar a nossa infra-estrutura. Santa Catarina é um Estado produtor e exportador no qual a infra-estrutura tem papel fundamental. Nós queremos uma Santa Catarina com infra-estrutura adequada que permita integrar as várias regiões do Estado, e possibilite o escoamento da produção e a circulação de riqueza. Nós queremos

uma infra-estrutura eficiente e sustentável do ponto de vista ambiental. Nós queremos um Estado no qual o desenvolvimento econômico seja acompanhado do desenvolvimento social, e onde o governo, o setor privado e a sociedade civil atuem de forma conjunta para o desenvolvimento. Nós queremos uma economia forte e estável com níveis de produtividade e de competitividade adequados às exigências do mercado internacional, criando oportunidade para todos. Nós queremos um alto padrão de vida e de serviços públicos e privados.

Na área social, verifica-se que, embora nos últimos anos alguns índices tenham experimentado uma considerável melhora, existem fortes desigualdades no Estado indicando que ainda há muito a fazer. Os dados mostram essa realidade. Nós queremos viver em uma sociedade próspera, segura, saudável, com alto grau de escolaridade, onde todos tenham renda para uma vida digna.

O marco do desenvolvimento do Estado está na busca permanente da equidade. Nós queremos ser caracterizados pela equidade entre pessoas e entre regiões. Nós queremos que Santa Catarina seja um Estado democrático, onde a liberdade individual seja garantida e onde os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais sejam apoiados e protegidos pelo Estado e pela sociedade.

A idéia de sustentabilidade indica que, nas áreas de atuação do Estado, a definição das estratégias voltadas para o pleno desenvolvimento de Santa Catarina deve levar em consideração o uso responsável dos recursos naturais. A internalização do princípio do respeito ao meio ambiente deve ser objeto de todas as políticas setoriais como forma de elaborar e implantar um novo modelo de desenvolvimento, no qual as potencialidades regionais possam ser realizadas de forma solidária, procurando manter a qualidade de vida das futuras gerações.

Na próxima década, o desenvolvimento social e o aumento da competitividade da economia catarinense dependerão de maior aporte tecnológico tanto nas empresas quanto na gestão pública. Na era do conhecimento, não se consegue ser competitivo e ter desenvolvimento sustentável sem políticas e ações adequadas nos campos da ciência, da tecnologia e da inovação. Nós queremos, no Estado, a consolidação de um sistema integrado de geração de conhecimento capaz de produzir inovações que contribuam para a melhoria da gestão pública e servir de suporte para as empresas que buscam mais qualidade e maior competitividade para os seus produtos e serviços. A consolidação desse sistema envolve a interiorização e a distribuição geográfica da capacidade de gerar conhecimento científico e tecnológico.

O Plano Catarinense de Desenvolvimento é um marco importante na seqüência de esforços que possibilitarão o alcance da Cena Futura desejada, por meio do gerenciamento sistemático da implementação das estratégias que permitirão cumprir as diretrizes traçadas.

Ao Plano Catarinense de Desenvolvimento devem ser alinhados os Planos Plurianuais (PPAs); os Programas Setoriais; as Diretrizes Orçamentárias (LDOs); e os Orçamentos Anuais (LOAs) que suportados por modernas ferramentas de gestão irão constituir o Sistema Estadual de Planejamento.

As Macrodiretrizes definidas no Plano Catarinense de Desenvolvimento estão contempladas no quadro a seguir:

Dimensão	Macrodiretriz	Áreas de Atuação
Economia e Meio Ambiente	Aumentar, de forma sustentável, a competitividade sistêmica do estado.	Infra-estrutura. Iniciativas empreendedoras. Agricultura e meio ambiente.
Social	Promover a equidade entre as regiões do estado e a inclusão social de todas as pessoas no processo de desenvolvimento.	Saúde, Assistência social, trabalho e renda, Educação e cultura. Segurança.
Tecnologia	Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de promover o desenvolvimento sustentável do estado.	Ciência, Tecnologia e Inovação
Política Pública	Consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público.	Gestão Pública

## PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL

Nos últimos anos, a economia mundial vem passando por um ciclo de recuperação e crescimento. O Produto Mundial Bruto cresceu 4% em 2004, contra 2.8% em 2003. No início de 2005, a ONU considerou que a recuperação da economia mundial estava atingindo o seu ponto mais elevado. O crescimento nos países em desenvolvimento foi o maior em duas décadas, enquanto outras economias em transição cresceram mais rapidamente do que os países industrializados.

A alta taxa de crescimento dos últimos anos, principalmente a de 2004, reflete, parcialmente, o fato de que a expansão das economias foi quase universal: com exceção do Sul da Ásia e da Comunidade dos Estados Independentes, todas as regiões tiveram um crescimento maior em 2004 do que em 2003. Nestes dois últimos casos, a taxa de crescimento caiu de altos níveis para 6% e 7%, respectivamente. Todos os grupos de países com dificuldades especiais de crescimento cresceram em média mais de 5% em 2004. Em relação ao PIB per capita, o crescimento foi maior do que 3% em quase metade dos países em desenvolvimento – estes países congregam, aproximadamente, 80% da população dos países em desenvolvimento. O abrangente crescimento nos países em desenvolvimento, em 2004, foi atribuído ao fato de que a maioria dos países se beneficiou de, pelo menos, uma de três condições: rápido crescimento do comércio de produtos manufaturados, aumento do preço do petróleo e de outras commodities, e condições estáveis do mercado financeiro internacional.

A China continua crescendo a taxas elevadas e o tamanho da economia e as demandas não atendidas de sua população permitem afirmar que continuará sendo um forte pólo de atratividade de investimentos internacionais. Além da China, a Índia e outros blocos econômicos, como a própria União Européia, premidos pela necessidade de anexar novos mercados ao bloco e consolidar a incorporação de novos membros, concorrem com o Brasil quando se trata de atrair capitais estrangeiros.

Outra tendência é o aumento gradativo do conteúdo tecnológico na produção. Este aumento deve provocar mudanças nos sistemas de produção, tendo forte impacto na redução dos postos de trabalho e nos insumos. Nesta condição, a competitividade dos países no mercado mundial tende a ser definida pelas competências

de gerar e operar novas tecnologias. O domínio destas competências depende de investimentos significativos, e da capacidade de pesquisa científica e de inovação tecnológica que deverão continuar pouco disponíveis nos países emergentes. A globalização e o aumento do conteúdo tecnológico da produção têm como principal consequência o aumento da concorrência, gerando a desqualificação dos atores com baixa competitividade e baixa capacidade de adaptação. Entre os países em desenvolvimento, a Índia deve continuar ampliando sua competitividade no segmento de alta tecnologia, principalmente no desenvolvimento de softwares.

De acordo com o *Stockholm Environment Institute*, existe uma tendência a se aprofundar a diferença entre os países ricos e países pobres. Esta tendência é o resultado de dois processos: de um lado, os países ricos tendem a ser cada vez menos dependentes dos recursos naturais fornecidos pelos países mais pobres e, de outro, os países em desenvolvimento devem ser cada vez mais dependentes dos mercados, da tecnologia e dos investimentos dos países ricos.

As questões ambientais são uma preocupação crescente no âmbito internacional, principalmente aquelas relacionadas com o esgotamento de recursos naturais e a degradação do meio ambiente. Cresce a pressão para a conservação e uso sustentado dos recursos naturais, com destaque para o uso racional e a manutenção da qualidade da água.

---

## **PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO**

Na última década, o Brasil apresentou baixa taxa de crescimento do PIB quando comparado com outros países. Segundo estudo da CNI, a taxa anual média de crescimento do PIB brasileiro, no período de 1996 a 2005, foi de 2,2%, ou seja, 1,6% inferior à média mundial que apresentou um crescimento anual de 3,8%. Um dos resultados desta baixa taxa de crescimento é a defasagem brasileira em relação ao mundo. Enquanto neste período o PIB mundial cresceu 45,6%, o crescimento brasileiro foi de 22,4%, gerando uma defasagem de 17,0%. A situação fica mais dramática quando se avalia o PIB per capita. Enquanto, nos últimos dez anos, o PIB per capita mundial cresceu a uma média de 2,6% ao ano, o PIB per capita brasileiro cresceu apenas 0,7% ao ano. Uma das razões apontadas para este fraco desempenho é o baixo nível de investimento.

Este quadro é resultado de um processo de ajuste conturbado que começou no início da década de 90 e continua até hoje. Neste período, a promoção da maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional foi seguida por importantes reformas do Estado que reduziram fortemente sua participação nas atividades produtivas. Estes movimentos foram acompanhados de grande esforço para o aumento da produtividade e da estabilização da economia, fatores estes considerados fundamentais para que o país pudesse ser competitivo no mercado internacional e conquistasse um desenvolvimento sócio-econômico equilibrado.

Embora tenham ocorrido importantes avanços setoriais, o processo de ajuste foi marcado por óbices ao desenvolvimento. Entre os mais citados estão: a degradação da infra-estrutura os juros elevados associados às dificuldades nas finanças públicas, a elevada carga tributária, as desigualdades sociais (com forte impacto na qualificação da mão-de-obra e na estabilidade social) e as deficiências nas decisões judiciais. Todos estes fatores contribuíram para aumentar o "Custo Brasil" com impacto negativo na competitividade da indústria nacional.

Apesar de persistirem alguns dos fatores considerados determinantes do período de baixo crescimento, a análise das tendências mostra que, nos últimos anos, o país tem conseguido manter uma relativa estabili-

dade econômica e reduzir o “Risco Brasil”, com a implantação de reformas estruturais e a conquista de fundamentos macro-econômicos sólidos que apontam na direção do crescimento econômico sustentável.

O “Custo Brasil”, tradicional óbice à maior inserção do Brasil no mercado internacional, tende a diminuir, sobretudo em função da reforma tributária e de melhoria da infra-estrutura impulsionada, principalmente, por investimentos privados e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O mercado interno continua crescendo alavancado pela redução das desigualdades sociais e regionais, o que possibilita a ampliação dos mercados de produtos dirigidos para os consumidores de baixa renda.

A taxa de juros será reduzida nos próximos anos. Esta tendência gera aumento do consumo e provoca o crescimento das atividades industriais possibilitando o investimento em inovação tecnológica, fator fundamental para o aumento da competitividade tanto no mercado interno quanto no externo.

A expectativa da Unctad – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, para os próximos anos, é que os investimentos estrangeiros diretos para a América Latina, e especialmente para o Brasil, continuem subindo, já que os principais fatores que levaram à expansão de 2004 e 2005 continuam inalterados. Os investimentos no Brasil devem ser liderados por investidores oriundos da Ásia e da Comunidade Européia, que suplantarão os americanos.

A experiência brasileira nos últimos anos permite apontar para uma tendência ao aumento das exportações. Esta tendência deve submeter, as empresas brasileiras, a novos patamares de competição, sobretudo com empresas da China, Índia, México e Coreia. O processo de modernização tecnológica, necessário para provocar o aumento de produtividade que possibilitará a conquista de espaços importantes no comércio mundial, terá forte impacto sobre a estrutura produtiva nacional. Os setores mais tradicionais tendem a reduzir a sua importância, ao mesmo tempo em que deverão surgir novos segmentos mais dinâmicos.

---

## PANORAMA ECONÔMICO CATARINENSE

A economia catarinense tem duas características importantes que lhe conferem um grande potencial de adaptação: a diversidade de produtos e a organização em arranjos e cadeias produtivas (alguns com alto grau de atualização tecnológica), localizadas em diferentes áreas do Estado, possibilitando uma maior distribuição espacial da riqueza quando comparado com outros Estados.

Esta configuração contribuiu para que o PIB catarinense, ao longo dos últimos anos, crescesse de forma consistente, gerando uma tendência de aumento da participação no PIB nacional. Em 2000, Santa Catarina participava com 3,8% do PIB nacional, passando para 3,99%, em 2003. A indústria continua sendo responsável pela maior parte da composição do PIB. Entretanto, dois movimentos estão em andamento: o primeiro, o agregado “administração pública, defesa e seguridade social”, está reduzindo a sua participação no PIB catarinense. Em 1999, esta participação era de 11,5%, baixando para 9,7% em 2003. O segundo, a agropecuária, cresceu de 13,5%, em 2001, para 16,8%, em 2003.

Em 2004, Santa Catarina contribuiu com 5,03% das exportações brasileiras e foi o sexto Estado que mais exportou. O processo de atualização tecnológica de várias cadeias produtivas do Estado vem possibilitando maior inserção de produtos catarinenses no mercado internacional. As exportações, em 2004, alcançaram cerca de US\$ 4,8 bilhões. Os setores que mais contribuíram foram: carnes e miudezas (24%), moto-compressores e outros produtos mecânicos (16%), madeira, carvão vegetal e obras de madeira (12%), móveis e colchões (9%), máquinas e outros materiais elétricos (6%), produtos cerâmicos (4%), artefatos têxteis sortidos (4%), papel, pasta de celulose e cartão (3%), tabaco (3%), vestuário de malha (2%), prepa-

rados de carne, de peixe ou de crustáceos (2%) e plásticos e suas obras (0,6%), (FIESC, 2004). Considerando que os fatores geradores do processo de ampliação das exportações estarão ainda presentes nos próximos anos, a exportação deve continuar crescendo e aumentando sua participação no PIB catarinense.

Uma importante tendência que pode comprometer o crescimento futuro da economia catarinense é o estrangulamento da infra-estrutura de logística, principalmente os portos e as rodovias. De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério dos Transportes, Santa Catarina tem o pior índice de conservação de rodovias federais dentre os Estados da região Sul do país.

A população catarinense tem crescido sem grandes saltos. Projeções do IBGE indicam uma tendência a reduzir a taxa de crescimento populacional de 1,10 %, em 2005, para 1,07%, em 2015. Com isto, a população deve continuar crescendo em ritmo menor. Apesar do crescimento populacional do Estado apresentar uma tendência positiva quando considerada a taxa média de crescimento, a litoralização é preocupante.

Nos últimos anos, as cidades do litoral passaram por um processo de ocupação acelerada e uso desordenado dos espaços, sem qualquer preocupação com o meio ambiente ou o planejamento urbano. Nas áreas urbanas, a especulação imobiliária e as ocupações irregulares resultaram em riscos ambientais, devido à poluição causada pelo esgotamento domiciliar e rejeitos, algumas vezes de alta toxicidade. Além disto, aumentaram as dificuldades para se gerenciar os serviços públicos tanto pelo elevado custo da prestação destes serviços, quanto pelo fato de que parte das áreas ocupadas encontram-se em espaços administrados por diferentes prefeituras de municípios vizinhos incapazes de, individualmente, atenderem às exigências. Este processo, em alguns casos, tem forte impacto social, contribuindo para o aumento do número de bolsões de pobreza e de criminalidade.

Apesar das desigualdades sociais e regionais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apresenta uma tendência ao crescimento. Atualmente, o IDHM catarinense é o mais alto dos três Estados da região Sul, estando significativamente acima da média brasileira.

Comparado com outros Estados da federação, Santa Catarina apresenta um bom sistema educacional. No período 1991-2000, o número de estudantes nas Instituições de Ensino Superior mais que dobrou. Atualmente, 26,30% da população com idade compreendida entre os 18 e 22 anos, frequenta algum curso de nível superior, com tendência a aumentar. Para a população acima de 25 anos de idade, a taxa de analfabetismo reduziu-se de 11,5% para 7,4%, de 1991 até 2000. No entanto, a média de anos de estudo ainda continua baixa, apenas 6,2 anos.

## ***INDÚSTRIAS - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS***

O desempenho da indústria catarinense, em 2005, foi afetado pela política monetária restritiva priorizando o controle da inflação com juros elevados e a valorização do real.

O desempenho fabril foi fraco tanto em relação à produção que cresceu apenas 0,1%, quanto ao faturamento, que decresceu -12%.

Segundo levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, o percentual de empresas que não investiram aumentou de 14 %, em 2004, para 20%, em 2005. Os principais motivos apontados pelas indústrias que não investiram foram: retração do mercado, baixa rentabilidade, queda no faturamento face aos prejuízos com a exportação devido à baixa cotação do dólar, valorização do real, alta carga tributária impedindo o crescimento, falta de recursos próprios, capacidade ociosa, falta de capital disponível por parte do governo, falta de incentivos à empresa privada, créditos não repassados pelo Governo Federal, dificuldades de acesso a financiamentos de longo prazo e falta de linhas de crédito.

O ano de 2006 foi frustrante para a indústria Catarinense, tendo em vista que sua produção física cresceu apenas 0,2%, e o faturamento encolheu 1,54%, de janeiro a dezembro, em relação a iguais meses do ano anterior.

Quanto a investimentos, diante do fraco desempenho dos dois últimos anos, várias indústrias, quando consultadas, informaram estarem indefinidas quanto à realização de investimentos para os próximos três anos. A parcela das que vão investir ficou em 67%, as indefinidas 28% e as que não pretendem realizar investimentos 5%. Produtores de móveis e exportadores são os que possuem a menor perspectiva de investir, pois são fortemente prejudicados com a política cambial.

Segundo o empresariado catarinense, os principais fatores que poderão impedir investimentos em 2007 são: incerteza quanto a evolução da demanda; escassez de recursos financeiros próprios; insegurança ante o sistema tributário e custo do financiamento.

A Indústria estabelecida em Santa Catarina tem previsto para os próximos três anos, investimentos de R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em 2007, R\$ 1,0 bilhão, em 2008 e R\$ 991 milhões, em 2009.

Do total a ser investido até 2009, 72% serão realizados em Santa Catarina, 26% em outros Estados e 2% no exterior. Os investimentos fora do Estado terão como motivos: incentivos fiscais, unidades industriais do grupo situadas em outra unidade da federação ficando mais perto do mercado consumidor e da matéria-prima, estratégia comercial, logística e oportunidades de negócios.

### ***EXPORTAÇÕES CATARINENSES - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS***

As exportações brasileiras, a exemplo da catarinense, apresentam evolução positiva em 2006, comparativamente ao ano de 2005. No entanto, nota-se que o desempenho exportador, no âmbito nacional, foi superior ao crescimento obtido em Santa Catarina, conforme apresenta a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1- Exportações no Brasil e em Santa Catarina, 2005 e 2006

Exportações	JAN-DEZ/06 US\$ 1000 FOB (A)	JAN-DEZ/05 US\$ 1000 FOB (B)	Varição (A/B)
Brasil	137.469.700	118.308.387	16,20
Santa Catarina	5.965.687	5.584.125	6,83

Fonte: Sistema ALICE, MDIC/SECEX

A taxa de incremento apresentada nas exportações brasileiras (16,2%), também foi superior ao crescimento nas exportações globais, que segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2006, foi de 15%.

Adicionalmente, o ano de 2006 apresentou saldo comercial recorde na balança comercial brasileira, com um superávit de US\$ 46,1 bilhões, 3% superior ao resultado apresentado em 2005. Em Santa Catarina, o saldo da balança foi de US\$ 2,5 bilhões, significativamente abaixo do superávit obtido em 2005, na ordem de US\$ 3,4 bilhões.

Ao se comparar dados de 2005 com 2006, identifica-se um aspecto que contribuiu para o resultado inferior na balança comercial catarinense: o crescimento expressivo das importações no Estado, alcançando US\$ 3,4 bilhões em 2006, representando um aumento de 59% em relação aos US\$ 2,2 bilhões importados em 2005.

A constante valorização do Real frente ao Dólar, em 2006, favoreceu o aumento das importações e a redução das exportações. De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a taxa de câmbio média foi de R\$/US\$ 2,18, representando uma valorização de 10,6% do Real ante a média de 2005. Na comparação entre Dezembro/2006 e Dezembro/2005, o real foi valorizado em 6%.

Como resultado, as importações continuam sendo estimuladas pelo conseqüente aumento do poder de compra do real, pelo aumento da renda familiar e pela retomada do crescimento na economia brasileira.

São cinco os principais setores de empresas exportadoras: madeireiro, metalúrgico, moveleiro, alimentício, vestuário e calçados e em termos de volume exportado, destacam-se: o alimentício, máquinas e equipamentos, fumo, moveleiro e madeireiro.

O desempenho da exportação em Santa Catarina, nos últimos anos, tem sido inferior a média brasileira. No ranking exportador, o Estado ocupa a nona posição, tendo ocupado a sexta posição na lista dos principais exportadores.

A projeção para 2007 é de crescimento nas exportações, ainda que em ritmo inferior ao apresentado em 2006. Dados apontam que o valor exportado pelo Brasil, em 2007, deverá ser entre 5% e 8% acima das exportações do ano anterior. Em contrapartida, as importações deverão aumentar em maior proporção, girando entre 12% e 15% comparativamente a 2006. Com isso, projeta-se um resultado na balança comercial brasileira, de um valor aproximado aos US\$ 46 bilhões apresentados em 2006.

## ***AGRICULTURA - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS***

O modelo agrícola de Santa Catarina, baseado em pequenas propriedades e na agricultura familiar, obteve grande sucesso, como mola propulsora do desenvolvimento, na maioria dos municípios, nas últimas cinco décadas. Cerca de 90% dos estabelecimentos têm menos de 50 ha, onde se pratica uma agricultura muito diversificada de acordo com as condições edafoclimáticas. Frequentemente esse modelo agrícola é citado como referência no âmbito nacional, pois com apenas 1,1% do território, SC é o primeiro produtor nacional de suínos, cebola, maçã, ostras e mexilhões, além de segundo produtor de fumo e aves. Nesse pequeno território, mais de 200 mil famílias obtêm seu sustento em 187 mil estabelecimentos rurais ativos, gerando 720 mil empregos. As cadeias produtivas do agronegócio são responsáveis por 37% do produto interno bruto do estado e geram 60% das exportações.

No entanto, o modelo necessita de um redesenho urgente para se ajustar aos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental. A falta de renda, a crescente redução da tolerância da sociedade para as externalidades negativas, a legislação ambiental e os conflitos peri-urbanos relacionados ao uso dos recursos naturais, vêm colocando grande pressão sobre os agricultores. A redução dos preços das *commodities* tradicionais como milho, soja e trigo, que passaram a ser produzidas em larga escala em outros estados brasileiros, fez com que a renda dos agricultores familiares diminuísse. Isso reduziu a atratividade da vida no campo, principalmente para os jovens, que, aliada à falta de acesso a outros serviços que afetam a qualidade de vida, optam massivamente pelo abandono do campo. Esse êxodo resulta em alguns fenômenos bem perceptíveis: o envelhecimento e a masculinização predominante da população rural, fragilizando o tecido social nas comunidades e a falta de sucessores já observada em 27 mil estabelecimentos.

O grande desafio para as políticas públicas é contribuir para a busca da sustentabilidade, aproveitando oportunidades e evitando ameaças ao setor. Os subsídios perversos representados pela produção com degradação ambiental, que fizeram parte da lógica do modelo no passado, não podem mais ser tolerados. As famílias rurais precisam de renda, e, para isso, precisam se dedicar a atividades de alta densidade econô-

mica, que gerem maior renda por área de terra. São exemplos dessas atividades, a produção de frutas, hortaliças, flores, plantas medicinais, leite, carnes, mel e peixes. Essas atividades produtivas, organizadas em nichos de produção ou *clusters* territoriais, permitem atingir escala combinada que lhes dá visibilidade para o mercado. A produção de alimentos orgânicos que têm alta endogenia, também se mostra promissora para a agricultura familiar. Não restam dúvidas de que para viabilizar grandes negócios em pequenas propriedades, produzindo produtos de maior valor agregado, será necessário administrar melhor a água como fator de produção em forma de irrigação. Para isso, será necessário um vigoroso investimento em captação, armazenagem, distribuição e utilização multifuncional da água da chuva, de quase 2000 mm médios anuais, que o território catarinense recebe da natureza.

Os cuidados com a sanidade dos nossos rebanhos e plantas é um fundamento indiscutível e todo esforço deve ser feito, tanto pelo setor público como pelos operadores privados, no sentido de manter o *status* privilegiado de área livre de febre aftosa sem vacinação, recentemente conquistado no âmbito internacional por SC. O bem-estar animal e a segurança alimentar também são condicionantes para o acesso ao mercado internacional, do qual o agronegócio catarinense é cada vez mais dependente.

O espaço rural deve ser visto como um território multifuncional, que pode produzir muito mais do que alimentos; um espaço que também preserva os recursos naturais, a biodiversidade, e presta inúmeros ecosserviços como: seqüestro de carbono, suprimento de água e conservação de paisagens, pelos quais precisa ser remunerado. Cada vez mais as pessoas do meio rural buscam a pluriatividade, combinando atividades agrícolas com atividades tipicamente urbanas para obter uma renda que satisfaça suas necessidades e aspirações.

O desenvolvimento de novas atividades, de tecnologias e de mercados requer novas habilidades e conhecimentos por parte dos agricultores. Por isso, o investimento em pesquisa para a geração e adaptação de tecnologias e a profissionalização dos agricultores pela educação e extensão rural, são requisitos básicos para o sucesso de um novo modelo de agricultura sustentável. Preparar sucessores para a atual geração de agricultores, que sejam empreendedores e saibam transformar as vantagens comparativas existentes em SC em vantagens competitivas no mercado globalizado, também faz parte dos desafios do setor agroalimentar do nosso estado.

### ***INFRA-ESTRUTURA - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA***

A infra-estrutura logística existente em Santa Catarina é constituída pelos sistemas: rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário e dutoviário, atendendo o fluxo interno de pessoas e cargas, bem como o fluxo de origem ou com destino aos estados da região sul e de São Paulo, além de interagir com os principais eixos de transporte que atendem a região centro-oeste e os países do Mercosul. De acordo com estudo realizado pela Secretaria de Estado dos Transportes, as rodovias constituem-se no principal meio de transporte terrestre de carga, com cerca de 92% da carga transportada em Santa Catarina, restando 8% para o modal ferroviário. Integrando a economia catarinense com outros países, o sistema portuário estadual tem se destacado na infra-estrutura logística nos últimos anos, com crescimento contínuo no volume de cargas movimentadas. Para o transporte de passageiros e de cargas de maior valor agregado, o estado dispõe de infra-estrutura aeroportuária nas principais cidades. Completa a infra-estrutura logística catarinense um sistema dutoviário, em processo de ampliação, para transporte e distribuição de gás natural e derivados de petróleo.

O sistema rodoviário de Santa Catarina é constituído por uma malha pavimentada de, aproximadamente, 2.170 km de rodovias federais, 4.144 km de rodovias estaduais e 1.000 km de rodovias municipais. Além

disso, o estado possui uma malha de 100 km de rodovias federais e 2.364 km de rodovias estaduais não-pavimentadas e de cerca de 100.000 km de estradas não-pavimentadas, que se encontram sob responsabilidade dos municípios.

Consideradas apenas as rodovias federais e estaduais, o estado de Santa Catarina apresenta uma densidade de 66,1 km de rodovias pavimentadas para cada 1.000 km<sup>2</sup> de área, e uma densidade por habitante de 1,08 km pavimentado por grupo de 1.000 habitantes. Esses indicadores são inferiores aos do estado do Paraná, onde as densidades calculadas eram, respectivamente, de 67,2 km/1.000 km<sup>2</sup> e de 1,31 km/1.000 habitantes no ano de 2002. O estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados de 2005, possui densidade por área de 41,5 km/1.000 km<sup>2</sup> e densidade de 1,08 km/1.000 habitantes.

O volume total de carga transportada nas rodovias catarinenses, segundo o estudo Plano de Integração Intermodal-Ministério dos Transportes/Deinfra - PIM-MT/Deinfra, foi de 62,7 milhões de toneladas, em 2002, alcançando a carga estimada de 70,8 milhões de toneladas em 2005. Esse volume de carga dividido pela malha rodoviária pavimentada resulta no indicador de 11,5 mil ton/km no ano de 2005. A tabela 1, apresenta a distribuição desse volume de cargas segundo os produtos transportados. A tabela 2, os apresenta segundo a origem e destino. Produtos e insumos agrícolas, produtos de madeira e minerais não-metálicos respondem por, aproximadamente, 60% do volume de carga dos quais 46,9% do volume total, referem-se a cargas com origem e destino em Santa Catarina e 45,1% referem-se a cargas com origem ou destino para outros estados. Os restantes 6,5% das cargas seguem rotas específicas para São Paulo e Paranaguá/PR.

Tabela 1: Transporte de cargas por via rodoviária em Santa Catarina (2002)

Produtos	Volume de Cargas	
	Milhões t	%
Produtos de madeira, papel e celulose	13,9	22,2
Produtos e insumos agrícolas	12,8	20,4
Petróleo, cimento e carvão	11,3	18,0
Insumos e revestimentos cerâmicos	5,4	8,6
Carnes, têxteis e bebidas	5,2	8,3
Metal-mecânica, plásticos e vidro	3,9	6,2
Outros produtos	10,2	16,3
Total	62,7	100,0

Tabela 2: Origem e destino do transporte de cargas por via rodoviária em Santa Catarina (2002)

Origem	Destino	Volume de Cargas	
		Milhões t	%
Santa Catarina	Santa Catarina	29,4	46,9
Litoral catarinense	São Paulo	1,7	2,7
São Paulo	Litoral catarinense	1,4	2,2
Oeste catarinense	São Paulo	1,0	1,6
São Paulo	Oeste catarinense	0,4	0,6
Santa Catarina	Paranaguá	0,5	0,9
SC – outros estados – SC		28,3	45,1
Total		62,7	100,0

A avaliação do sistema rodoviário, feita pelo Masterplan e pelo Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2015, aponta a existência de problemas de conservação insuficiente, índices de insegurança preocupantes e congestionamento do tráfego em trechos de rodovias troncais, com destaque para as rodovias federais: BR-101, no trecho Palhoça - Divisa com o Rio Grande do Sul (em fase de duplicação); BR-470, no trecho BR-101- Rio do Sul, e BR-280 no trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul.

Igualmente para a malha estadual, avaliações do Deinfra apontam problemas de manutenção da malha rodoviária estadual. Avaliações mais detalhadas e a definição das intervenções para a ampliação dessa rede e para a sua adequada inserção na rede de transporte regional e no contexto de um corredor de transporte bi-oceânico sul-americano estarão disponíveis após a conclusão do Plano Diretor Rodoviário (P-DR/SC), em elaboração.

A conservação insuficiente, o elevado fluxo de veículos e a ausência de fiscalização têm aumentado os níveis de insegurança nas rodovias: em 2002, foram registradas 714 vítimas fatais de acidentes de trânsito em rodovias de Santa Catarina; em 2005, esse número subiu para 895 vítimas, das quais, 40% em rodovias sob jurisdição estadual. Nesse mesmo período, somando-se mortos e feridos com diferentes graus de gravidade, o número total de vítimas de acidentes de trânsito passou de 11.218 para 15.438 pessoas. Apesar do constante crescimento no número de veículos registrados pelo Detran/SC, a relação número de vítimas de acidentes de trânsito por 10 mil veículos cresceu de 62,75 para 67,64 vítimas/10 mil veículos, no período de 2002 a 2005. Em termos de vítimas fatais, o indicador tem se mantido estável, tendo alcançado 3,92 mortes/10 mil veículos, em 2005 (dados do Deinfra, Polícia Rodoviária Federal e Detran/SC).

A malha ferroviária catarinense pode ser dividida em cinco trechos: o trecho Mafra - Divisa com o Rio Grande do Sul, o ramal Mafra - Porto de São Francisco do Sul e a Ferrovia Tereza Cristina, no sul do estado, utilizada principalmente para o transporte de carvão mineral. Os outros dois, atualmente, estão sem operação: Porto União - Marcelino Ramos e Mafra - Porto União.

É possível com base na análise retrospectiva projetar um aumento tendencial no fluxo de cargas e de veículos, por quilômetro, nas rodovias catarinenses, passando de 11,5 mil t/km, em 2005, para mais de 13 mil t/km nos 10 anos seguintes, o que tende a agravar as condições de segurança do tráfego. As implicações são o aumento no número de acidentes rodoviários em termos absolutos e, também, em termos relativos.

O cenário normativo apresenta resultados possíveis e desejáveis para os principais indicadores nos anos de 2011 e futuros. Para a infra-estrutura logística, o cenário prevê a transformação da atividade portuária em importante setor da economia estadual, com o reaparelhamento e a duplicação da capacidade dos portos catarinenses para a movimentação de *contêineres*, dando vazão à crescente exportação da indústria local e de estados e países vizinhos. No que concerne à infra-estrutura portuária, é necessário realizar a adequação, expansão e melhoria dos principais eixos viários do estado: duplicação dos trechos das rodovias federais de maior fluxo de carga (BR-101, trecho sul; BR-470, trecho Navegantes – Rio do Sul; BR-280, trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul), construção de plataformas intermodais para deslocar cargas para o modal ferroviário, além de estudos e projetos para o porto de Imbituba e a conexão deste à rede ferroviária da região sul do Brasil. O cenário para a infra-estrutura logística inclui, ainda, a continuidade dos investimentos na conservação e na expansão da malha rodoviária estadual, de maneira a integrar sedes municipais e localidades mais afastadas à malha pavimentada.

Sob o ponto de vista de acessibilidade das sedes dos municípios catarinenses à rede viária pavimentada estadual e nacional, o estado possui 261 sedes de municípios contempladas com um ou mais acessos pavimentados, o que corresponde a 89,1 % dos 293 municípios. É objetivo do Plano Plurianual 2008-2011,

que ao final de sua execução seja atingido o índice de 100 %, ou seja , que todas as sedes municipais catarinenses sejam ligadas por via pavimentada à rede viária pavimentada estadual e nacional.

A duplicação de rodovias federais e os investimentos nas rodovias estaduais deverão ser acompanhados de investimentos em equipamentos de segurança e na fiscalização do trânsito, compondo um cenário de maior segurança ao usuário, que se traduz na redução do número de vítimas fatais e de feridos em acidentes rodoviários.

### ***RECURSOS HÍDRICOS MEIO AMBIENTE - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA***

O território Catarinense é constituído por variados tipos de vegetação, entre eles: Mata Atlântica, Mata de Araucárias, Vegetação de Restinga, Mangues, enfim, um rico sistema de cobertura vegetal e animal. Embora no passado esta cobertura vegetal tenha sido devastada sem critério, hoje a preocupação com a preservação do equilíbrio ambiental é grande.

Questões sobre preservação e conservação de recursos hídricos e meio ambiente vêm sendo muito discutidas no âmbito das empresas de saneamento e nos órgãos governamentais em geral. E a água, vista como um recurso natural imprescindível à vida, esta sendo alvo de muitas pesquisas e tema de projetos de educação ambiental.

Em consonância com a orientação do governo com relação à questão ambiental a CASAN busca inserir critérios ambientalmente sustentáveis nas suas práticas, atividades e empreendimentos, com o fim de minimizar, mitigar e até mesmo eliminar os impactos ambientais negativos provocados pelas atividades, buscando o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação para as futuras gerações, na mesma quantidade que hoje dispomos.

Saneamento Ambiental entendido como o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

Em Santa Catarina, segundo os dados do IBGE, 90,4% dos domicílios particulares urbanos têm acesso à água tratada pela rede geral, 9,3% através de poço ou nascente e 0,3% de outras formas. Na área rural, estes números são 12,9%, 86,5% e 0,6%, respectivamente. A rede coletora de esgotamento sanitário atende apenas 11,7% dos domicílios na área urbana, e 1,0%, na área rural.

Os serviços de saneamento são por definição, públicos, essenciais e vitais para o funcionamento das cidades, para a determinação das condições de vida da população urbana e rural, para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento da economia. A defesa da gestão pública tem em vista a essencialidade e a natureza pública que caracterizam a função social das ações e serviços de saneamento ambiental, garantindo a participação e o controle social na política de saneamento.

Segundo estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 68% das internações nos hospitais é decorrente da ausência e/ou precariedade dos serviços de saneamento.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde afirmam que para cada R\$1,00 (um real) investido no setor de saneamento, economiza-se R\$ 4,00 (quatro reais) na área de medicina curativa.

## ***DIMENSÃO SOCIAL - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA***

A dimensão social contempla as políticas públicas e mecanismos para garantia do acesso aos direitos básicos e a inclusão social de todos os catarinenses no processo de desenvolvimento. Isso porque, para sua sustentabilidade, o desenvolvimento deve promover uma distribuição mais equitativa das riquezas produzidas e favorecer a inclusão social de todos.

A Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST propõe sua atuação através de programas consoantes com as diretrizes da Dimensão Social do Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2015, que “estão baseadas em objetivos de melhoria geral das condições sociais e humanas da população e de geração de oportunidades de trabalho”.

A SST é responsável pela gestão das políticas setoriais: trabalho e renda, assistência social, habitação e segurança alimentar, dentre as políticas públicas sociais. Os Programas: Gestão Estadual da Política de Assistência Social; Proteção Básica e Especial; Pró-Emprego e Renda; Nova Casa e Erradicação da Fome em Santa Catarina englobam as ações que visam a “melhoria geral das condições sociais humanas da população e de geração de oportunidades de trabalho” como objetivam as diretrizes do Plano Catarinense.

Essas políticas públicas sociais contribuem para o desenvolvimento social e econômico e político do estado.

A contribuição da política de assistência social, como investimento na qualificação dos serviços de proteção social, para emancipar famílias da condição de vulnerabilidade social a que estão submetidas, significando diminuição de gastos com saúde, segurança e outras despesas públicas, decorrentes da desproteção social. Trata-se, portanto, de um trabalho estruturado para a realização de ações preventivas, capazes de emancipar famílias e evitar dentre outras situações:

- Marginalização e violência crescentes com conseqüentes investimentos em serviços de segurança pública;
- Manutenção do ciclo perverso da miséria inter-geracional;
- Êxodo das famílias para os grandes centros com o surgimento de bolsões de miséria;
- Altos custos nas áreas de saúde, diante das condições familiares de desnutrição, dependência a substâncias psicoativas, desenvolvimento de doenças neuro-psiquiátricas;
- Altos custos dos serviços de abrigamento e de internação em serviços de privação de liberdade.

A contribuição da Política de Geração de Emprego e Renda como investimento em qualificação da mão de obra da classe trabalhadora, visando o incremento da colocação no mercado de trabalho; e o desenvolvimento de projetos de economia solidária e artesanal, com ênfase na constituição de formas autônomas de geração de renda.

A contribuição da Política de Habitação Popular como investimento social para o acesso à moradia digna das populações de baixa renda.

A contribuição das políticas de assistência social, trabalho e renda, habitação e segurança alimentar na captação de recursos federais, transferidos e utilizados nos municípios catarinenses para manutenção de famílias e de serviços de proteção e emancipação social, significando mola propulsora do desenvolvimento social e econômico das trinta e seis regiões político administrativas, redundando em conseqüente retorno e crescimento da arrecadação estadual, através do ICMS.

O desenvolvimento dos programas propostos para a área de atuação: Assistência social, habitação e trabalho e renda, colabora para a atuação forte do estado visando garantir o “fortalecimento da cidadania e da democracia e o respeito aos direitos fundamentais do ser humano”. Garante a restauração da “dignidade dos cidadãos com dificuldade de inclusão social”.

## **EDUCAÇÃO**

O princípio da Educação Para Todos assumido pelo Estado Brasileiro durante seu processo de redemocratização, exigiu dos Estados esforços para que todas as crianças e jovens em idade escolar obtivessem vaga nas escolas públicas. Santa Catarina vem cumprindo esta meta, de maneira progressiva, desde meados dos anos 90.

O acesso à escola é, sem dúvida, o primeiro desafio para a democratização da educação componente fundamental para a redução das desigualdades sociais, que irá contribuir para o desenvolvimento sustentável e equitativo. A mera expansão do ensino ofertado, contudo, não é suficiente para atender à crescente demanda das mudanças em curso na sociedade. A presente proposta está diretamente vinculada à qualidade do Sistema de Educação de Santa Catarina.

A promoção da qualidade da educação, pautada nos princípios da autonomia, da colaboração, da participação, da igualdade de oportunidades e da inclusão social, permitirá que todos os que passem pela escola obtenham formação cidadã, a partir da ampliação de seu repertório cultural com a apropriação dos conhecimentos científicos, das artes e das tecnologias.

A efetivação da descentralização administrativa e a regionalização do desenvolvimento como proposta de gestão pública, vem mobilizando a participação da sociedade, permitindo a elaboração do planejamento e do orçamento regionalizados e, ainda, promovendo a fiscalização das suas ações.

Essa prática viabiliza-se pelo planejamento participativo que visa levar a construção de um projeto coletivo, produzindo competências locais em todos os setores. A intenção é minorar as desigualdades regionais, através da melhoria dos indicadores educacionais, de modo a contribuir efetivamente para elevar os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, buscando atingir as metas previstas pela Organização das Nações Unidas – ONU, para o ano de 2015.

Na educação, além das políticas fomentadas nas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regionais, que atendem às realidades locais, a Secretaria de Estado da Educação, em seu Plano Plurianual 2008/2011, compromete-se com o desenvolvimento da equidade e da qualidade, com ações de valorização profissional, com formação continuada dos educadores, e melhoria salarial, avaliação institucional, revitalização do patrimônio através de reformas, construção de novas escolas e aquisição de mobiliário, equipamentos, acervo bibliográfico, apoio às Associações de Pais e Professores e dinheiro na escola, além da elaboração e impressão de material técnico-pedagógico. Prevê, ainda, apoio financeiro aos municípios e oportunidade profissional via contratação de estagiários.

Como implemento pedagógico, o Plano Plurianual 2008-2011 propõe-se, ainda, a fortalecer o Programa de Escola Integral - EPI, o Programa de Educação Ambiental e Alimentar - AMBIAL, o Programa Estadual de Desenvolvimento Regional - PROESDE, além dos Programas Melhoria do Ensino Médio - PROMED, Desenvolvimento da Educação Básica - PRODEB, e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - EMIEP.

Cabe destacar que os indicadores educacionais em Santa Catarina têm evoluído positivamente, a partir de 1998, com a redução das taxas de repetência, afastamentos por abandono, reprovação e distorção ida-

de/série, e o comprovado aumento do atendimento ao docente com programas de capacitação. A meta é buscar excelência frente a esses índices, mantendo Santa Catarina como exemplo para o Brasil.

## **SAÚDE**

Os programas foram concebidos tendo por base o diagnóstico situacional realizado pelo Plano Estadual de Saúde e considerando ainda os indicadores do Plano Catarinense de Desenvolvimento – SC 2015. Os programas buscam instituir as políticas públicas definidas para a área a partir da intersetorialidade, bem como a articulação das ações entre os órgãos que compõem a SES buscando um processo contínuo de integração.

Buscando estabelecer condições para o cumprimento das diretrizes e dos princípios postulados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foram definidos, cinco programas específicos: Programa da Estratégia de Saúde da Família; Programa da Descentralização de Média e Alta Complexidade; Programa de Vigilância em Saúde; Programa Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde - SUS; Programa Controle Social do Sistema Único de Saúde.

Considerando que Programa Estratégia de Saúde da Família demonstrou-se um importante instrumento no processo de promoção da saúde dentro do SUS na busca da diminuição da desigualdade regional na atenção pré-natal, da cronicidade de doenças prevalentes como câncer, hipertensão arterial, diabetes, cuidados a portadores de deficiência e transtornos mentais e outros que por sua magnitude e relevância social. Para o programa Estratégia de Saúde da Família, Santa Catarina alcançou um índice médio de cobertura de 55,87% em 2005, sendo superior à média nacional (37,02%). Este programa é responsável pela formulação da política de atenção básica da promoção da saúde, além das políticas específicas às crianças, jovens, idosos, mulheres, e saúde mental. A meta é implantar e manter em 75% dos municípios do estado na Estratégia de Saúde da Família nos próximos quatro anos, priorizando a implantação deste programa em municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

No programa Descentralização de Média e Alta Complexidade, será apoiada a estruturação de unidades de saúde municipais atendidas pela telemedicina, a expansão dos serviços de Média e Alta Complexidade que priorizem as rede de atendimento de Cardiologia, Oncologia e Traumatologia-ortopedia. Além do apoio financeiro a unidades hospitalares e à construção da Rede de UTI's - leitos para atendimento de terapia intensiva adulto e neonatal e do aumento da cobertura do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Busca-se ainda implantar os Prontos Atendimentos 24 Horas através do projeto QUALISUS na região metropolitana da Grande Florianópolis, consolidar a Política de Captação de Órgãos e Tecidos para transplantes e ativar os complexos reguladores para regular a oferta de atenção especializada.

Outro eixo deste programa será a indução a pesquisa em saúde, de forma que estas possam contribuir para a definição de políticas e vias de planejamento relacionado à necessidade de participação do gestor estadual, na coordenação desenvolvimento científico e tecnológico da área.

Localização da oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade

Referência para Hemodinâmica: Joinville, Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul, Criciúma e Xanxerê.

Referências para Radioterapia: Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma e Chapecó.

Referências para Quimioterapia: Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Lages, Canoinhas, Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Joaçaba e Chapecó.

Referências para Ressonância Magnética: Joinville, Itajaí, Florianópolis, Blumenau, Tubarão, Criciúma e Joaçaba.

Referências para Tomografia Computadorizada: Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Blumenau, Rio do Sul, Mafra, Canoinhas, Caçador, Videira, Lages, Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Chapecó e Maravilha.

Referências em alta complexidade hospitalar – Ortopedia: Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Blumenau, Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Canoinhas, Lages, Concórdia e Chapecó.

Referências em alta complexidade hospitalar – Cirurgia Oncológica: Joinville, Itajaí, Blumenau, Florianópolis, Criciúma, Canoinhas, Lages, Joaçaba e Chapecó.

Sendo assim, a participação da SES no desenvolvimento do Programa de Pesquisa para o SUS no estado, se efetiva pela parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia/Ministério da Saúde, tendo como objetivo de orientação, o financiamento, e a regulação do fluxo de produção e a incorporação de novos conhecimentos e tecnologias que contribuam de forma eficaz para a modificação de situações indesejáveis de saúde no estado.

O programa Vigilância em Saúde na busca pela integralidade identificou alguns grupos prioritários e problemas de saúde que necessitam de intervenção especial, sendo: controle da tuberculose e hanseníase; atenção e prevenção as DST's/AIDS; hepatite; rubéola; toxoplasmose entre outras. Além de manter homogeneidade da cobertura vacinal em 70% dos municípios de Santa Catarina, garantindo padrões controláveis de surtos e epidemias de doenças controláveis por imunização.

O programa busca, a exemplo da política para o setor saúde, a integração setorial da vigilância epidemiológica, vigilância sanitária de produtos e serviços e ambientes e vigilância laboratorial., buscando a ampliação da capacidade de detecção precoce de fatores de risco e a adoção de medidas capazes de evitá-los.

Este programa inclui a assistência farmacêutica básica, estratégica e excepcional, cujo objetivo consiste garantir o acesso da população a medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, mediante a ampliação da oferta e da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica e de insumos no Sistema Único de Saúde.

Destacam-se como indicador do PCD o combate a mortalidade infantil, sendo este mais um dos objetivos deste programa a redução da taxa de mortalidade em crianças menores de 1 (um) ano. Considerando que altas taxas de mortalidade infantil refletem, de uma forma geral, baixos níveis de desenvolvimento sócio-econômico e também dificuldade de acesso das famílias às condições adequadas de assistência à saúde da criança. Em Santa Catarina estas taxas demonstram uma queda ao longo dos últimos anos, apresentando um quadro de 17,5 mortes por mil nascidos em 1997 para 12,3 mortes em 2006. Outro indicador descrito no PCD que permite avaliar o resultado das ações do setor de Saúde e também de outras políticas sociais é o número de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP). O APVP evidencia o número de anos perdidos quando a morte ocorre em idade considerada prematura em relação à expectativa de vida da região (por exemplo, 70 anos). O índice, em Santa Catarina, a um valor compatível com a média de APVP registrada hoje em países do Sul da Europa. Nesse sentido, o cenário indica a redução de APVP de Santa Catarina para valores abaixo de 50 por mil, considera-se que a ação do poder público também tem força para reduzir disparidades regionais, fazendo com que aquelas regiões do estado cujos APVP's sejam mais elevados experimentem um processo de redução mais rápido, diminuindo a distância que as separam das demais regiões

Principais indicadores de saúde

<b>Indicador</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)	15,5	15,3	14,1	13,1	12,1
Anos potenciais de Vida Perdidos por Morte Prematura (por 1000 habitantes)	79	78,5	77	77	...
Proporção (%) da população coberta pelo Programa da Saúde da Família (cadastrada no SIAB)	34,5	41,8	50,6	58	59,6

O programa Controle Social do Sistema Único de Saúde tem por objetivo incentivar a participação popular como condição para o exercício da cidadania, através do apoio à realização das Conferências de Saúde, da Plenária Estadual de Conselhos de Saúde e de outros encontros de cunho regional e ou estadual, com vistas ao aprimoramento de controle social, sugerindo a garantia do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a transparência no planejamento e na execução das políticas públicas em saúde.

Devido a necessidade de ampliar o processo de capacitação profissional em todas as áreas da SES, foi criado o programa Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde, tendo por objetivo construir uma política de educação permanente que possibilite a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização e de atenção à saúde e ainda assegure a formação dos trabalhadores em saúde, considerando a vinculação à realidade e às necessidades da população. Outro objetivo fundamental do programa consiste a humanização dos serviços que será buscada através da implementação da Política de Humanização dos Serviços do SUS, e do Programa de Telemática e Telemedicina em Apoio à Atenção Básica, além do Programa de Residência Médica e o PROCADEME - Programa de Descentralização da Atenção Médica Especializada, este último responsável pela articulação a integração das inúmeras capacitações realizadas no âmbito da SES e no SUS.

---

## **FINANÇAS PÚBLICAS - EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA**

### ***TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA CATARINENSE***

Ao longo dos últimos anos o Brasil vem enfrentando turbulências que também têm afetado a economia catarinense.

A queda do dólar apresenta reflexos nas exportações de Santa Catarina, tornando mais acirrada a competição no acesso ao mercado externo.

O embargo da carne suína pela Rússia repercutiu nos negócios dos produtores catarinenses, obrigando o Estado a procurar novos mercados. A gripe aviária, que afetou a economia mundial, também contribuiu para interromper o crescimento expressivo que o comércio exterior de frangos de Santa Catarina vinha registrando até 2005.

A seca nos últimos tempos, principalmente na região oeste do Estado, levou a uma redução da produção agrícola, resultando em crise acentuada no setor.

A economia mundial vem crescendo em índices favoráveis, mas o Brasil apresenta um crescimento do PIB inferior ao de outros países emergentes, com reflexos na economia catarinense. Entre os fatores responsáveis por este quadro nacional estão os escândalos surgidos no poder público, aumento da corrupção,

a não implementação das reformas política, tributária e previdenciária, falta de investimentos em infraestrutura, indefinição na política agrícola.

Apesar da difícil conjuntura nacional, a economia de Santa Catarina apresenta ótimos resultados, tanto na criação de novos empregos quanto nas exportações, que voltaram a crescer em índices superiores aos nacionais no último semestre. O comércio varejista também esboça reação e o Estado continua sendo uma das unidades federativas mais desenvolvidas do País. A base disto é um modelo próprio de desenvolvimento, que alia capacidade empreendedora, estrutura produtiva relevante associada a uma eficiente distribuição territorial da produção industrial e capacidade de adequação de mão-de-obra. Somam-se a isto as ações do Governo do Estado potencializadas pela descentralização administrativa.

### ***PRODUTO INTERNO BRUTO***

A economia brasileira apresentou baixo crescimento da produção em 2006. O PIB brasileiro teve incremento de 3,7%, em relação ao ano anterior, desempenho bem abaixo da média de crescimento mundial (5,1%).

Além da crise na agropecuária e do baixo crescimento na indústria de transformação, a valorização do real frente ao dólar estimulou as importações e desestimulou as exportações.

Santa Catarina sofreu as mesmas conseqüências que o Brasil e, em 2006, o crescimento do PIB estadual chegou a ficar abaixo do crescimento nacional. Nos últimos três anos, o PIB catarinense apresentou incremento de apenas 2,5%. Para 2007, está previsto um crescimento mínimo de 2,5% no PIB no Estado.

#### **PIB e estimativas, Santa Catarina – 2000-2011**

<i>ANOS</i>	(R\$ milhões )
2000	42.428,00
2001	46.535,00
2002	51.828,00
2003	63.023,00
2004	70.208,00
2005	76.221,00
2006	81.093,00
2007	86.867,00
2008	93.052,00
2009	99.677,00
2010	106.775,00
2011	114.377,00

Fontes: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e Fundação IBGE.

### ***RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA***

A receita orçamentária do período 1998-2006 demonstrou o seguinte comportamento:

### **Evolução da Receita – Período 1998-2006**

<b>Ano</b>	<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Varição em Relação ao Ano Anterior (%)</b>
<b>1998</b>	R\$ 3.318.081.221,92	-
<b>1999</b>	R\$ 3.833.005.482,96	13,43
<b>2000</b>	R\$ 5.664.685.732,44	32,34
<b>2001</b>	R\$ 5.078.829.617,05	(11,54)
<b>2002</b>	R\$ 7.014.164.983,51	27,59
<b>2003</b>	R\$ 6.860.161.171,52	(2,24)
<b>2004</b>	R\$ 7.575.521.950,28	9,44
<b>2005</b>	R\$ 8.941.937.005,66	15,28
<b>2006</b>	R\$ 7.845.362.807,80	(13,98)

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral-DCOG

Embora com quedas registradas em alguns anos (2001, 2003 e 2006) a receita estadual nos últimos nove anos registrou um incremento de 136,44% na arrecadação.

Ressalta-se ainda que, a partir de 2006, as transferências constitucionais aos municípios deixaram de ser realizadas via empenhamento da despesa, passando a ser contabilizadas como dedução da receita pública. Excluindo a dedução das transferências constitucionais aos municípios (R\$ 1.893.297.032,48), ou seja, mantendo-se o critério estabelecido até o ano de 2005, a receita do ano seria R\$ 9.738.659.840,28, representando um acréscimo de 8,91% em relação ao arrecadado em 2005.

A receita do exercício de 2006 foi da ordem de R\$ 7,84 bilhões, sendo o ICMS responsável pela grande fatia da arrecadação (76,99%), com R\$ 6,04 bilhões de reais, seguido pelas Transferências da União com 16,16% e pelo IPVA, com participação de 5,86%.

### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa pública no período 1998-2006 apresentou as seguintes variações:

#### **Evolução da Despesa – Período 1998-2006**

<b>Ano</b>	<b>Despesa</b>	<b>Varição em Relação ao Ano Anterior (%)</b>
<b>1998</b>	R\$ 3.536.119.490,69	-
<b>1999</b>	R\$ 3.801.908.491,51	6,99
<b>2000</b>	R\$ 5.599.084.118,18	32,10
<b>2001</b>	R\$ 4.959.632.597,79	(12,89)
<b>2002</b>	R\$ 7.190.840.784,54	31,03
<b>2003</b>	R\$ 7.063.866.302,87	(1,80)
<b>2004</b>	R\$ 7.671.102.404,62	7,92
<b>2005</b>	R\$ 8.957.894.916,27	14,36
<b>2006</b>	R\$ 7.885.599.048,13	(13,60)

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral –DCOG

O quadro acima demonstra que a despesa registrou crescimento no período 1998-2006, ocorrendo reduções apenas nos anos de 2001, 2003 e 2006. Entretanto, comparando-se o período de 1998 a 2006, houve um aumento de 123% na despesa pública do Estado de Santa Catarina, abaixo da inflação no período (136,59%-IGP-DI).

Com relação à despesa do ano de 2006, destaca-se que, a partir deste ano, as transferências aos municípios passaram a ser contabilizadas como dedução da receita, ao invés do repasse, ocorrer empenhamento da despesa. Somando-se as transferências constitucionais aos municípios (R\$ 1.893.297.032,48), ou seja, mantendo-se o critério estabelecido até o ano de 2005, a despesa do ano seria R\$ 9.778.896.080,61, um acréscimo de 9,16% em relação ao ano de 2005.

Ao analisar os números da execução orçamentária relacionados à receita arrecadada e à despesa liquidada ao término do exercício financeiro de 2006, verifica-se a ocorrência de um superávit orçamentário de execução de aproximadamente R\$ 112,40 milhões, mantendo, a exemplo do ano de 2005, um resultado positivo nas finanças estaduais. Várias ações contribuíram para o alcance do referido superávit na execução do orçamento, dentre as quais, podemos destacar o maior rigor no controle da programação orçamentária e financeira de desembolso imposto pela Diretoria do Tesouro Estadual, bem como as orientações contábeis e de controle interno repassadas pela Diretoria de Contabilidade Geral, principalmente as relacionadas ao controle das receitas e das despesas por fontes de recursos.

Se considerarmos somente as despesas empenhadas no exercício financeiro que foram subsidiadas por receitas nele arrecadadas (Princípio da Anualidade, conforme prescreve o art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64), teremos um superávit orçamentário de R\$ 135,22 milhões. Em 2006 foram realizadas despesas da ordem de R\$ 175,46 milhões por conta de Superávit Financeiro decorrente de recursos arrecadados e não comprometidos em anos anteriores.

Numa análise mais simplista, ou seja, se comparadas às despesas realizadas no ano com base em todas as fontes de financiamento (receitas arrecadadas mais o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior), o Balanço Orçamentário evidenciaria um déficit de R\$ 40,22 milhões.

### ***RECEITA CORRENTE LÍQUIDA***

A Receita Corrente Líquida - RCL serve de referência a partir de 2000 com o advento da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para o cálculo dos limites de despesas com pessoal, endividamento, contratação de operações de crédito e prestação de garantias em contratos. É constituída pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas, dentre outras, as parcelas pertencentes aos municípios e as contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social (LRF, art. 2º, inciso IV).

O desempenho da RCL tem apresentado uma significativa evolução no transcorrer dos anos. Em 2003, a RCL foi de R\$ 5,13 bilhões, passando em 2004 para R\$ 5,67 bilhões, alcançando em 2005 o montante de R\$ 6,72 bilhões e em 2006 o valor de R\$ 7,38 bilhões, representando um incremento nominal superior a R\$ 658 milhões, ou seja, 9,80%. Esse incremento foi sustentado principalmente pela expansão das receitas Tributárias, que tiveram um crescimento nominal no valor de R\$ 480 milhões, e das demais receitas tributárias, que aumentaram nominalmente cerca de R\$ 135 milhões.

## **RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO**

A tabela a seguir apresenta a evolução do Ativo e do Passivo financeiro dos exercícios de 2003 a 2006. Integram o Ativo financeiro as disponibilidades de caixa e os haveres de curto prazo. Já no Passivo financeiro são registradas as obrigações financeiras de curto prazo, como os Restos a Pagar e os Depósitos de Diversas Origens.

### **RESULTADO FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO**

<b>GRUPOS</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Ativo Financeiro	749.323.849	861.084.135	1.130.551.999	1.518.818.840
Passivo Financeiro	1.159.712.94	1.026.934.507	1.060.567.110	1.347.155.607
Superávit/Déficit	(410.389.095)	(165.850.372)	69.984.889	171.663.233

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral - DCOG

## **RESTOS A PAGAR**

Em 2006 os restos a pagar totalizaram R\$ 258 milhões, sendo R\$ 105,6 milhões de restos processados e R\$ 152,5 milhões de restos não processados. Este valor é R\$ 35 milhões a menor que do Exercício de 2005 que, por sua vez, foi menor que 2004 e 2003. Isto demonstra que o Estado vem fazendo um esforço continuado para manter-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **DÍVIDA PÚBLICA**

O volume de recursos canalizados para a amortização e encargos da dívida continua muito elevado. O Estado vem empregando mais recursos com a dívida pública do que com funções essenciais à sociedade, como saúde e agricultura. Fechamos o exercício de 2006 com um desembolso superior aos R\$ 890 milhões. O fato que mais preocupa o Estado refere-se à composição deste valor, sendo que apenas R\$ 340 milhões representam a amortização da dívida e a grande parte do desembolso, ou seja, R\$ 550 milhões, são gastos com juros e demais encargos financeiros.

Na análise do saldo da dívida pública nota-se que continua aumentando ano a ano. Apesar da amortização de R\$ 340 milhões no exercício de 2006, ela cresceu 3,09% em relação a 2005. O saldo de 2006 foi de R\$ 10,9 bilhões, sendo R\$ 10,4 bilhões de dívida interna e R\$ 480 milhões de dívida externa.

## **EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA**

Em 2002 a dívida fundada teve uma elevação em virtude da federalização do BESC.

Em 2006 o saldo da dívida contratual apresentou o valor de R\$ 9.880 milhões, superior em R\$ 125 milhões ao saldo de 2005, que foi de R\$ 9.755 milhões. Os fatores que elevaram este saldo foram o ingresso de operações de crédito em R\$ 104 milhões, amortizações efetuadas no total de R\$ 348 milhões e a correção no saldo da dívida em R\$ 369 milhões. A correção do saldo da dívida interna foi de R\$ 408 milhões, tendo maior impacto neste valor a variação do IGP-DI acumulado do exercício de 2006 em 3,79%. A dívida externa teve uma variação negativa de R\$ 39 milhões, como resultado da variação cambial.

## **RESULTADO PRIMÁRIO**

No período 2004-2006, o Estado apresentou o seguinte resultado primário: 2004 R\$ 439.016.810,67, 2005 R\$ 522.516.315,52 e 2006: R\$ 588.959.150,47

Apesar do resultado primário em 2005 e 2006 não ter alcançado as metas previstas na LDO (R\$ 677.497.441,55 e R\$ 625.557.000,00 respectivamente), este resultado apresentou crescimento de 19%, de 2004 para 2005, e de 13%, de 2005 para 2006. Este crescimento ocorreu, especialmente, pelo incremento das receitas tributárias.

## **RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS PROJETADAS**

A Secretaria da Fazenda utilizou como base para projeção os dados contábeis de 2006 fornecidos pela Diretoria de Contabilidade Geral. Os parâmetros forma uma inflação média de 4% ao ano, com um crescimento da receita pelo PIB previsto pela Secretaria de Planejamento através da Diretoria de Geografia e Estatística de 2,5% anuais.

Considerou-se para as despesas os anos de 2007 e 2008 um equilíbrio nas contas públicas, com a previsão de um pequeno contingenciamento a partir de 2009 em função das atividades dos programas de governo, com crescimento das despesas operacionais em 80% do crescimento do PIB.

<b>ANO</b>	<b>RECEITA</b>	<b>DESPESA</b>
2007	8.363.155.000,00	8.363.155.000,00
2008	8.915.123.000,00	8.915.123.000,00
2009	9.503.521.000,00	9.459.298.000,00
2010	10.130.753.000,00	10.083.612.000,00
2011	10.799.382.000,00	10.749.129.000,00

## **DESCENTRALIZAÇÃO**

A Gestão Pública no Estado vem passando por importantes mudanças. Foi implantado um processo de descentralização que tem sua principal expressão nas 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional. Apesar do processo ainda estar em andamento, parte das ações finalísticas, que antes estavam alocadas nas Secretarias Setoriais, já foi transferida para as Regionais.

Com relação à capacidade de investimento direto, existe escassez de recursos. Este é um desafio particularmente importante para o Governo Catarinense, pois grande parte da solução dos problemas atuais do estado depende de investimentos expressivos.

A implementação de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, com poderes administrativos iguais aos das demais Secretarias Setoriais representa uma verdadeira revolução no sistema de administração do Estado, quando substitui uma estrutura centralizada, por uma gestão baseada no fortalecimento dos poderes regional e local. O modelo de gestão instituído a partir de 2003, demonstrou pioneirismo e introduziu no Estado uma mudança sem precedentes, cujos resultados já estão sendo colhidos, quando apontam para um desenvolvimento regional integrado e sustentável, construído em parceria com a Sociedade Civil.

Representa, na prática, o resgate do verdadeiro papel do Estado, como articulador e indutor do desenvolvimento, sem abrir mão de sua função de planejador e gestor de sua própria estrutura, em fina sintonia com as demandas da população.

As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, atendem hoje aos 293 municípios catarinenses, eliminando significativamente a distância física e a dependência administrativa e financeira de que até então eram reféns. Além disso, estimulam e interagem com as representações políticas locais, na busca de soluções compartilhadas às condições sócio-econômicas de cada região, tendo como instrumentos de atuação os Conselhos de Desenvolvimento Regional; as Agências de Desenvolvimento (na relação público/privada) bem como as Associações de Municípios existentes nas várias Regiões.

De importância fundamental na atividade das Secretarias, a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, que asseguram a livre participação de toda sociedade, é a instância de validação necessária a consolidação do processo de descentralização. A participação de todos os municípios do Estado está assim assegurada nesse Conselho, na presença dos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores (membros natos).

Para a implementação desse projeto, o Governo do Estado, através da Coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, realizou treinamentos e capacitações junto a Diretores, Gerentes e Técnicos de Planejamento e promoveu Avaliação das Secretarias Regionais e Setoriais. A capacitação incluiu a realização de audiências públicas regionais, destinadas a decidir as prioridades para cada região do Estado; o debate do Plano Plurianual (PPA), em consonância com o Governo Federal; cursos e oficinas de Nivelamento e Consensos sobre Conceitos e Estratégias de Desenvolvimento Territorial em Santa Catarina, sempre em convergência com a proposta da descentralização, bem como promoveu e assessorou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regionais - PDRs, com vistas a integração e priorização de projetos relevantes para o desenvolvimento das regiões.